

POLÍTICAS EM CIRCULAÇÃO: RECONFIGURANDO AS GEOGRAFIAS DA COMPARAÇÃO, APRENDIZAGEM E INTERCÂMBIO URBANOS

INTRODUÇÃO

Situar este Número Especial exige que nos apoiemos em conexões relacionais e pensemos através de outros lugares. Leva-nos, fundamentalmente, de volta a alguns anos atrás, a uma série de centros de convenções, salas de conferências de hotéis e a um pequeno restaurante no centro de Denver, Colorado – a cidade anfitriã do Encontro Anual da Associação Americana de Geógrafos (AAG) de 2023. Enquanto fórum globalmente reconhecido de intercâmbio intelectual, o Encontro Anual da AAG reúne milhares de geógrafos e académicos de disciplinas afins para debater, gerar ideias inovadoras e repensar teorizações e táticas para compreender as complexidades dos processos espaciais do século XXI e as suas trajetórias.

Estas preocupações intelectuais materializaram-se na organização de uma sessão temática intitulada “Competitividade Urbana e Mobilidades de Políticas Urbanas: Repensando as Narrativas Norte-Sul”. Como é frequentemente o caso em conferências académicas, as discussões e trocas estenderam-se para além dos espaços oficiais do Encontro da AAG – para pausas para café, encontros informais e refeições partilhadas em restaurantes locais –, com organizadores e apresentadores a socializar e a trocar cartões de contacto, e-mails e ideias nos meses seguintes (Craggs & Mahony, 2014; Ward, 2024a). Em particular, a nossa sessão e os seus momentos informais mostraram-se especialmente férteis e bem alinhados com os debates geográficos emergentes sobre a construção dos futuros das políticas urbanas (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013; Silva & Ward, 2024) e a mudança intelectual mais ampla para abordagens mais globais, particularizadas e provinciais nos estudos sobre formulação de políticas urbanas (Addie, 2020; Leitner & Sheppard, 2016; Peck, 2017; Robinson, 2015a, 2022).

Grande parte da lógica por trás da organização desta sessão partiu da suposição de que os decisores políticos do século XXI vivem e governam num tempo de políticas em movimento acelerado (Baker & Walker, 2019). De facto, os decisores políticos tornaram-se “altamente adeptos da partilha e adaptação de novas inovações por conta própria, acelerando a difusão de boas ideias e acelerando a aprendizagem global [de políticas]” (United Nations Human Settlements Programme [UN-HABITAT], 2020, p. 205). Embora seja discutível se estas práticas são realmente novas, é inegável que aqueles interessados no estudo dos processos de formulação de políticas – geógrafos

TRAVELLING POLICIES: REFRAMING THE GEOGRAPHIES OF URBAN COMPARISON, LEARNING AND EXCHANGE

INTRODUCTION

Situating this Special Issue requires us to draw on relational connections and think through elsewhere. It fundamentally takes us back a couple of years to a series of convention centres, hotel conference rooms and a small restaurant in downtown Denver, Colorado – the host city of the 2023 Association of American Geographers (AAG) Annual Meeting. As a globally recognised forum of intellectual exchange, the AAG Annual Meeting brings together thousands of geographers and scholars from related disciplines to advance debates, generate cutting-edge ideas and rethink existing or build new theorisations and tactics for understanding the complexities of twenty-first-century spatial processes and their path-dependent trajectories.

These intellectual imperatives coalesced in the organising of a thematic session titled “Urban Competitiveness and Urban Policy Mobilities: Rethinking North-South Narratives”. As is often the case at academic conferences, the rendering of these imperatives extended beyond official AAG Annual Meeting venues – into coffee breaks, informal gatherings and shared meals and drinks at local restaurants –, with organisers and presenters socialising and exchanging business cards, e-mails and ideas in the following months (Craggs & Mahony, 2014; Ward, 2024a). In particular, our session and its collateral ‘downtimes’ proved particularly generative and well-matched with growing geographic debates on the ‘making-up’ of urban policy futures (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013; Silva & Ward, 2024) and the broader intellectual shift toward more global, particularised and provincial approaches to urban policymaking studies (Addie, 2020; Leitner & Sheppard, 2016; Peck, 2017; Robinson, 2015a, 2022).

Much of the logic behind the assembling of this session departed from the general assumption that twenty-first-century policymakers now live and govern in an age of fast-moving policies (Baker & Walker, 2019). Indeed, policymakers have “become highly adept at sharing and adapting new innovations on their own, accelerating the diffusion of good ideas and speeding global [policy] learning” and exchange (UN-HABITAT, 2020, p. 205).

While it is debatable whether these practices are new, it almost goes without saying that policymakers and those interested in the study of policymaking processes, such as urban geographers, political anthropologists or political scientists, are now experiencing “a perfect storm of global crises” (Hartley et al., 2019, p. 164) or a context

urbanos, antropólogos políticos ou cientistas políticos – estão agora a experienciar “uma tempestade perfeita de crises globais” (Hartley et al., 2019, p. 164) ou um contexto de “policrise” (Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2023, p. 9), resultando numa série de disrupções económicas, políticas e sociais. Alterações climáticas, degradação ambiental, crises económicas, choques habitacionais e, claro, crises sanitárias são apenas alguns exemplos, muitos dos quais emergiram no programa da nossa sessão e nas discussões subsequentes, tanto em apresentações formais como em trocas informais durante pausas para café, e-mails e conversas após o encerramento da conferência.

Este Número Especial é, portanto, um produto de múltiplos “aquis”, “alhures” e “tempos”. No seu cerne, reúne uma seleção de artigos e apresentações feitas dentro e fora dos espaços da conferência no centro de Denver durante o Encontro Anual da AAG de 2023, onde Cristina Temenos (University of Manchester) desempenhou um papel central como comentadora convidada. Simultaneamente, encapsula uma série de contribuições relevantes que surgiram fora de Denver, a partir de uma chamada aberta lançada durante a construção deste Número Especial. Em conjunto, estas contribuições inscrevem-se confortavelmente nos debates recentes e ainda em evolução na geografia urbana e disciplinas afins, sob a bandeira dos estudos sobre mobilidades de políticas urbanas (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013). No entanto, para além disso, elas apontam para novos contributos e para uma agenda de investigação substancial que argumenta a favor de uma reformulação conceptual e ontológica e de uma investigação empírica renovada dentro dos estudos sobre mobilidades de políticas, oferecendo um potencial significativo para avançar, expandir e renovar a compreensão de aspetos-chave do mundo da formulação de políticas no século XXI (Robinson, 2015b; Silva & Ward, 2024; Ward, 2024a).

Os artigos deste Número Especial abordam políticas rotuladas de “boas práticas”, desde o transporte rápido por autocarro (BRT/MetroBus) às políticas climáticas, passando pelo desenvolvimento económico, habitação e cidades inteligentes. Ao destacar as múltiplas constelações ou assemblagens nas quais as políticas públicas são comparadas, aprendidas e partilhadas, oferece-se um terreno fértil para revelar processos negligenciados e ausências conceptuais e empíricas na mobilização e (re)configuração local de políticas “urbanas”. Em particular, convida os estudos sobre mobilidades de políticas a revisitar ontologias escalares fundacionais, argumentando pela necessidade de reconsiderar o papel do Estado-nação. Internamente diversa, esta coleção está unificada de duas formas. Primeiro, apoia-se numa gama de contextos urbanos no Brasil, Chile, Portugal, Espanha, Taiwan e em países do Sul e Oeste de África, com autores de todo o espectro da academia – de académicos estabelecidos a investigadores em início e meio de carreira e doutorandos. Segundo, baseia-se em apelos recentes para descentrar uma abordagem excessivamente dominada por um conjunto restrito de contextos ocidentais/liberais, ignorando a complexidade da formulação de políticas em contextos globais diversos.

of “poly-crisis” (Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2023, p. 9), all of which ended up producing a set of economic, political or social disruptions. Climate change, environmental degradation, economic downturns, housing shocks and, of course, health crises are just a few examples, some of which surfaced in our session programme and discussions, both within formal presentations and through informal exchanges over coffee breaks, emails and follow-up conversations after the conference had ended.

This Special Issue is thus a product of multiple ‘heres’, ‘elsewheres’ and ‘tempos’. At its core, it brings together a selection of papers and presentations made in and beyond the conference venues of downtown Denver at the 2023 AAG, where Cristina Temenos (University of Manchester) played a pivotal role as a guest discussant. Simultaneously, it encapsulates a series of relevant contributions that emerged outside downtown Denver from an open call issued during the assembly of this Special Issue. Together, these two sets of contributions are comfortably situated within recent and still-emerging debates in urban geography and cognate disciplines under the banner of urban policy mobilities studies (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013). However, central to them is also a signpost of new insights and a substantial research agenda arguing for a reformatted conceptual and ontological reflection and empirical investigation within policy mobilities studies that hold particular promise for advancing, extending or renewing the understanding of key aspects of the policymaking world in the twenty-first century (Robinson, 2015b; Silva & Ward, 2024; Ward, 2024a).

The ones assembled in this Special Issue engage with a diverse set of ‘best practices’ policies and policy areas, ranging from bus rapid transport to climate change and from economic development and housing to smart cities. By highlighting the multiple constellations or assemblages through which public policies are compared, learned and exchanged, these contributions stand as generative grounds for revealing overlooked processes and conceptual and empirical absences in the mobilisation and local making-up of “urban” policies. In particular, this collection calls for policy mobilities studies to revisit some of its foundational scalar ontologies, arguing for a re-engagement with the nation-state. Though internally diverse, as one might expect, this collection is unified in two fundamental ways. First, it draws on a wide range of urban contexts across Brazil, Chile, Portugal, Spain, Taiwan and South and West Africa, with contributors spanning the full academic career spectrum, from established scholars to early and mid-career researchers and PhD students. Second, it builds upon recent calls for decentring an approach that has been widely dominated by a narrow range of mostly Western-/Liberal-centric contexts, overlooking the complexity of policymaking in more diverse global settings.

REPENSAR A MOBILIDADE DE POLÍTICAS URBANAS, REFORMULAR AS GEOGRAFIAS DA COMPARAÇÃO, APRENDIZAGEM E INTERCÂMBIO URBANOS

RETHINKING URBAN POLICY MOBILITIES, REFRAMING THE GEOGRAPHIES OF URBAN COMPARISON, LEARNING AND EXCHANGE

Nas últimas décadas, foi amplamente reconhecido que a circulação de agendas, boas práticas, ideias e conhecimento políticos não dá sinais de abrandar. Pelo contrário. Como nunca antes, parece haver um consenso geral de que a natureza e a escala da mobilização das políticas nunca foram tão fluídas e mundanas (Baker & Walker, 2019; Evans, 2009; Stone et al., 2020). Escrevendo há mais de vinte anos, Peck (2002, p. 350) chegou a sugerir que o mundo da formulação de políticas era inerentemente um dos "regimes de políticas rápidas". Os dias mais recentes não parecem ser muito diferentes. Afigura-se desnecessário afirmar que os responsáveis políticos contemporâneos e outros atores sociais estão cada vez mais envolvidos em práticas de referência e verificação entre pares (Acuto et al., 2021; UN-HABITAT, 2020).

Tradicionalmente, as primeiras vertentes de trabalho que examinaram a circulação de agendas, boas práticas, ideias e conhecimento políticos encontraram as suas origens intelectuais no campo (ainda em crescimento) da ciência política (Benson & Jordan, 2011; Dolowitz & Marsh, 2012; Evans, 2009; Stone et al., 2020). No entanto, como alguns podem argumentar, os processos, práticas e recursos através dos quais as políticas móveis são comparadas, aprendidas e trocadas continuam a ser uma questão intelectualmente geográfica (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013; Silva & Ward, 2024; Temenos & McCann, 2013). Como resultado, e particularmente nas últimas duas décadas, temos assistido a geógrafos urbanos críticos a defenderem "uma abordagem processual, relacional e socio-constitutivista para teorizar a criação de políticas móveis, o que acontece quando estão em movimento e sob que condições param de se mover" (Ward, 2024b, p. 535). Sob a bandeira dos estudos das mobilidades das políticas urbanas, uma consulta rápida às principais bases de indexação bibliográfica sugere que, nos últimos cinco anos, se verificou um aumento notável desta vertente do trabalho geográfico, com as suas ressonâncias a estenderem as fronteiras disciplinares e a surgirem em várias outras áreas disciplinares (Cook, 2015). Isso é, claro, indicativo do que pode ser visto como a relevância e persistência intelectual da abordagem.

Embora a abordagem tenha crescido e amadurecido, este ensaio introdutório argumenta que os estudos das mobilidades das políticas urbanas parecem ter atingido um ponto de viragem. Neste sentido, parece oportuno, para aqueles que vêm de dentro ou próximos da abordagem, fazer um balanço da sua espinha intelectual como base para refletir sobre as suas ausências e dívidas e, em última análise, avançar com orientações teóricas, metodológicas e empíricas futuras. Ao reunir esta série de artigos, este Número Especial sinaliza o potencial de estender, repensar ou reformular as formas através das quais as políticas móveis são eventualmente comparadas, aprendidas e trocadas de um lugar para "múltiplos outros locais". Em particular, ela oferece duas contribuições centrais para

Over the last few decades, it has been widely acknowledged that the circulation of policy agendas, best practices, ideas and knowledge has shown no signs of abating. On the contrary. As never before, there seems to be a general consensus that the nature and scale of policy mobilisation have never been so lubricated and mundane (Baker & Walker, 2019; Evans, 2009; Stone et al., 2020). Writing over twenty years ago, Peck (2002, p. 350) went as far as suggesting that the policymaking world was inherently one of "fast-policy regimes". More recent days seem to be not much different. It almost goes without saying that contemporary policymakers and other social actors are increasingly involved in peer-to-peer referencing and scanning practices of the wider policy landscape (Acuto et al., 2021; UN-HABITAT, 2020).

Traditionally, earlier strands of work examining the circulation of policy agendas, best practices, ideas and knowledge have found their intellectual origins in the still-growing field of political science (Benson & Jordan, 2011; Dolowitz & Marsh, 2012; Evans, 2009; Stone et al., 2020). However, as some might argue, the processes, practices and resources of rendering mobile policies compared, learned and exchanged remain, of course, an inherently geographical intellectual matter (Baker & Temenos, 2015; McCann & Ward, 2013; Silva & Ward, 2024; Temenos & McCann, 2013). As a result, and particularly over the last two decades, we have seen critical urban geographers arguing for "a processual, relational and social-constructionist approach to theorising the making of policies mobile, what happens when they are in motion and under what conditions they stop moving" (Ward, 2024b, p. 535). Under the banner of urban policy mobilities studies, a quick scan of prominent scholar databases suggests that the last five years have seen a remarkable ballooning of this strand of geographic work, with its resonances extending disciplinary boundaries and emerging in numerous other disciplinary fields (Cook, 2015). This is, of course, indicative of what might be seen as the intellectual relevance and persistence of the approach.

Whilst the approach has grown and matured, this introductory essay argues that urban policy mobilities studies seem to have entered a turning point. In this sense, it seems timely to those coming from within, or close to, the approach to take stock of its intellectual spine as generative grounds to reflect upon its absences and debts and ultimately advance future theoretical, methodological and empirical orientations. In bringing together this series of papers, this Special Issue charts and signposts the potential to extend, rethink or reframe the ways through which mobile policies are eventually compared, learned and exchanged from one place to 'multiple elsewhere'. In particular, it yields two central contributions to the future of urban policy mobilities studies and the wider debates in the field of urban studies.

First, it contributes to the wider postcolonial critique taking place within the wider field of urban studies arguing for a more decentralised or "global" approach to understanding cities, contemporary policymaking and urban theory (Addie, 2020; McFarlane, 2024; Robinson,

o futuro dos estudos das mobilidades das políticas urbanas e os debates mais amplos no campo dos estudos urbanos.

Primeiro, contribui para a crítica pós-colonial mais ampla que ocorre dentro do campo dos estudos urbanos, defendendo uma abordagem mais descentralizada ou “global” para entender os processos urbanos, a formulação contemporânea de políticas e a teoria urbana (Addie, 2020; McFarlane, 2024; Robinson, 2015b, 2022). Em particular, este Número Especial ressoa com o apelo de Robinson (2018, p. 221) para situar os estudos das mobilidades das políticas urbanas como fundações fundamentalmente geradoras para “explorar como a interconexão genética dos processos e resultados urbanos pode ser mobilizada (...) para criticar e expandir conceitos na teoria urbana”. Isto parece não ser surpreendente e, em muitos aspetos, está alinhado com os apelos recentes para redesenhar as fronteiras e os mapas que têm moldado o “campo geográfico estreito de referência sobre o qual a maioria da teoria das [mobilidades de] políticas urbanas é baseada” (Temenos & McCann, 2013, p. 352). Por outras palavras, muitas das contribuições incluídas neste Número Especial ressoam com um número crescente de estudos sobre mobilidades de políticas urbanas que procuram descentralizar o estudo da circulação das políticas contemporâneas além dos contextos do Norte Global, ocidentais ou liberais, incluindo referências em cidades asiáticas (Gunko et al., 2022; Mittal & Shah, 2021), africanas (Côté-Roy & Moser, 2022; Wood, 2015) ou latino-americanas (Montero, 2020; Montero et al., 2023).

Emergindo do diálogo relacional entre uma série de contextos urbanos, o segundo resultado central deste Número Especial é a compreensão dos processos de formulação de políticas “urbanas”. Em muitos aspetos, as contribuições aqui reunidas oferecem um terreno fértil para estender, reformular ou repensar as abordagens ontológicas e escalares que têm fundamentado a abordagem dos estudos de mobilidades de políticas urbanas. De particular importância tem sido uma aparente marginalização do papel do Estado-nação na comparação, aprendizagem e intercâmbio de políticas públicas, no âmbito da qual as cidades têm sido apresentadas como as escalas principais onde ocorre a produção das políticas públicas contemporâneas (Andersson & Cook, 2019; Brenner & Schmid, 2015; Temenos & McCann, 2013). O que as contribuições deste Número Especial parecem sugerir, no entanto, é que o lugar do Estado-nação, nas suas múltiplas formas e funções, nunca desapareceu realmente dos processos de formulação de políticas públicas, como os estudos anteriores sobre mobilidade de políticas urbanas pareciam, pelo menos implicitamente, argumentar. Coletivamente, elas ecoam debates recentes dentro da abordagem (Andersson & Cook, 2019; Gunko et al., 2022; Lorne, 2024; Prince, 2024) e convidam os estudos de mobilidade de políticas urbanas a revisitar as suas ontologias escalares, argumentando que organizações supranacionais, como a União Europeia e as Nações Unidas, bem como o Estado-nação e seus diferentes níveis de governo, especialmente em regimes governamentais mais

2015b, 2022). In particular, this Special Issue resonates with Robinson’s (2018, p. 221) call to situate urban policy mobilities studies as fundamentally generative grounds to “explore how the genetic interconnectedness of urban processes and outcomes can be mobilized (...) to critique and extend concepts in urban theory”. This seems unsurprising and, in many ways, is aligned with the recent calls to redraw the boundaries and maps that have framed the actually-existing “narrow geographical field of reference upon which most urban [policy mobilities] theory is based” (Temenos & McCann, 2013, p. 352). In other words, many of the contributions included in this Special Issue resonate with a growing number of urban policy mobilities studies set to decentre the study of the circulation of contemporary policies beyond Global North, Western-/Liberal-centric contexts, such as in Asian (Gunko et al., 2022; Mittal & Shah, 2021), African (Côté-Roy & Moser, 2022; Wood, 2015) or Latin American (Montero, 2020; Montero et al., 2023) cities.

Emerging out of the relational dialogue between a range of multiple urban contexts is the second central outcome of this Special Issue to understanding “urban” policymaking processes. In many ways, the contributions assembled in this Special Issue provide a fertile ground to extend, reframe or rethink the foundational and much of the prevalent scalar politics and ontologies grounding the approach of urban policy mobilities studies. Of particular centrality has been an apparent sidelining of the role of the nation-state in the comparison, learning and exchange of public policies, with cities being constructed as primary scales where the production of contemporary public policies takes place (Andersson & Cook, 2019; Brenner & Schmid, 2015; Temenos & McCann, 2013). What the contributions from this Special Issue seem to suggest, however, is that the place of the nation-state, in its multiple forms and functions, has never really faded away from public policymaking processes, as earlier urban policy mobilities studies seem to have, at least implicitly, argued. Collectively, then, they echo recent debates within the approach (Andersson & Cook, 2019; Gunko et al., 2022; Lorne, 2024; Prince, 2024) and invite urban policy mobilities studies to revisit its scalar ontologies by arguing that supra-national organisations, like the European Union and the United Nations, and the nation-state and its different levels of government, particularly in more centralised governmental regimes, remain actively involved in the learning and exchange of particular “urban” policy futures.

In compiling this collection of eight papers, we acknowledge that it does not offer – if such an enterprise was ever possible – an exhaustive overview of all possible avenues to explore these issues. Rather, we recognise that this represents only a glimpse into how some scholars investigating the comparison, learning and exchange of public policies have approached their work and reflected on the complex and interdependent scalar ontologies involved in the making-up of urban policy futures in a range of geographical contexts. In line with the contributions in this Special Issue, this introductory essay argues that studying through differentiated cases and outcomes stands as fertile grounds for more structured insights into the processes and practices of public policymaking, particularly in understanding the

centralizados, continuam ativamente envolvidos na aprendizagem e formulação dos futuros urbanos.

Ao compilar esta coleção de oito artigos, reconhecemos que ela não oferece – se tal empreendimento fosse possível – uma visão exaustiva de todas as possíveis avenidas para explorar estas questões. Reconhecemos, antes, que este Número Especial representa apenas uma visão de como alguns académicos que investigam a comparação, aprendizagem e intercâmbio de políticas públicas abordaram o seu trabalho e refletiram sobre as complexas e interdependentes ontologias escalares envolvidas na criação de futuros políticos numa série de contextos geográficos. Em linha com as contribuições neste Número Especial, este ensaio introdutório argumenta que estudar através de casos e resultados diferenciados constitui um terreno fértil para obter contributos mais estruturados sobre os processos e práticas da formulação de políticas públicas, particularmente na compreensão da interligação e condicionamento multiescalar da governança e da formulação de políticas públicas.

Um ponto de partida para situar esses e outros temas e questões fundamentais que estruturam os estudos de mobilidade de políticas urbanas, bem como as suas ausências e dívidas intelectuais, encontra-se bem documentado por Temenos e Ward (2025). Na sua introdução a este Número Especial, eles defendem uma teorização mais aberta, processual e relacional do papel do Estado-nação – e, claro, da sua organização espacial – nos estudos de mobilidade de políticas e própria construção de políticas urbanas. Tal abordagem envolve reconsiderar a política escalar dominante nos estudos de mobilidades de políticas como uma forma de incentivar e situar os níveis entrelaçados e multiescalares inerentes à formulação contemporânea de políticas públicas. Esta reconsideração, argumenta-se, contribui para uma compreensão mais específica e provincializada da formulação de políticas urbanas, sensível ao grau de centralização ou descentralização dentro do Estado-nação.

Uma série de conexões e possibilidades prolíficas, provenientes de diferentes áreas de políticas e territórios urbanos, surge como um convite para construir contributos conceptuais, metodológicos e empíricos sobre o processo de formulação de políticas. De formas mais substanciais, os artigos deste Número Especial coalescem em torno da noção de que o empreendimento intelectual de estudar os processos de formulação de políticas públicas envolve sair da cidade e abraçar novas geografias e escalas da formulação de políticas urbanas.

Dois artigos neste Número Especial são particularmente ilustrativos dos fundamentos para considerar os processos e práticas de comparação, aprendizagem e intercâmbio através dos quais determinadas infraestruturas informacionais, como organizações supranacionais como a União Europeia (UE) e as Nações Unidas (ONU), são mobilizadas para enquadrar, mediar e traduzir as agendas, ideias e programas de políticas ‘globais’ para outros locais (Andersson & Cook, 2019; McCann, 2011; Stone et al., 2020). Juntas, estas contribuições iluminam as maneiras pelas quais instituições e organizações supra-

intertwined and scalar conditioning of governance and policy.

A point of departure for situating these and other foundational themes or issues structuring urban policy mobilities studies, as well as their intellectual absences and debts, is well-documented by Temenos and Ward (2025). In their introduction to this Special Issue, they argue for a more open, processual and relational theorisation of the nation-state's role – and, of course, its spatial division of labour – in policy mobilities research and the making-up of urban policies. This involves reconsidering the dominant scalar politics of policy mobilities as a generative way to encourage and situate the intertwined and inter-scalar levels of governance inherent in contemporary policymaking. Such a reconsideration, it is argued, contributes to a more nuanced, provincialized understanding of urban policymaking, one sensitive to the degree of centralisation or decentralisation within the nation-state.

A range of prolific connections and possibilities emerging from different policy areas and urban territories stand as an invitation to build up conceptual, methodological and empirical insights into the making-up of policies. In more substantive ways, the papers in this Special Issue coalesce around the notion that the intellectual enterprise of studying public policymaking processes involves leaving the city and embracing novel geographies and scales of urban policymaking.

Two papers within this Special Issue are particularly illustrative of the generative grounds for considering the processes and practices of comparison, learning and exchange through which particular informational infrastructures, such as the supranational organisations like the European Union (EU) and United Nations (UN), are mobilised to frame, package and translate ‘global’ policy agendas, ideas and programmes elsewhere (Andersson & Cook, 2019; McCann, 2011; Papanastasiou, 2024; Stone et al., 2020). Together, these contributions illuminate the ways in which supra-national and trans-urban institutions and organisations shape how policies are rendered learned, exchanged and grounded in cities and ultimately how cities arrive at policies.

Echoing these wider intellectual debates, Nunes (2025) draws on the EU-funded Horizon 2020 ROCK programme – implemented across various European cities, with a focus on its translation in Lisbon, Portugal – to argue that the making-up local of EU-funded culture-led urban regeneration tends to follow a top-down approach. In particular, the paper contends that the selection or exclusion of social actors, ideas and knowledge in the rendering local of EU policies and programmes is not a neutral process. Borrowing the notion of “fast policy transfer”, it highlights how the EU’s project-based cohesion policy, rendered mobile across ‘multiple elsewhere,’ can produce standardized models of culture-led urban regeneration that fail to account for specific local contexts and circumstances.

In a similar vein, Santana-Chaves et al. (2025) use Sustainable Development Goal 13 (Climate Action) from the UN 2030 Agenda for Sustainable Development to trace how a globally produced climate policy agenda has been interpreted and locally translated within the municipalities of the Sorocaba Metropolitan Region, São

urbanas e supranacionais moldam a forma como as políticas são apreendidas, mediadas e territorializadas e, finalmente, como as cidades chegam às políticas.

Ecoando estes debates intelectuais mais amplos, Nunes (2025) utiliza o programa *Horizon 2020 ROCK* financiado pela União Europeia – implementado em várias cidades europeias, com foco na sua tradução em Lisboa, Portugal – para argumentar que a construção local da regeneração urbana liderada pela cultura, financiada pela UE, tende a seguir uma abordagem *top-down*. Em particular, o artigo defende que a seleção ou exclusão de atores sociais, ideias e conhecimentos na tradução local das políticas e programas da UE não é um processo neutro. Mobilizando a noção de “transferência rápida de políticas”, destaca como a política de coesão baseada em projetos da UE, mobilizada através de “múltiplos outros locais”, pode produzir modelos padronizados de regeneração urbana liderada pela cultura que falham em considerar os contextos e circunstâncias locais específicos.

De forma semelhante, Santana-Chaves et al. (2025) usam o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Climática) da Agenda 2030 da ONU para traçar como uma agenda de política climática globalmente produzida foi interpretada e localmente traduzida nos municípios da Região Metropolitana de Sorocaba, São Paulo, Brasil. Em particular, o artigo examina como as localidades chegam (ou não) às agendas de políticas “globais”, cuja circulação foi facilitada por redes de cidades e organizações supranacionais através de instrumentos financeiros, consultoria técnica e programas de formação. Coletivamente, essas agendas moldam práticas de governança e planeamento ambiental variadas em escalas locais e metropolitanas. Assim, como as cidades e municípios chegam a essas agendas continua a ser um processo territorialmente dependente, à medida que as regulamentações estaduais, dependências financeiras e acordos internacionais produzem múltiplos resultados urbanos e metropolitanos na construção das políticas de mudança climática.

Embora sejam relevantes por si só, reconhecemos que essas organizações supranacionais são apenas uma das muitas “comunidades mobilizadoras de políticas” (McCann, 2011, p. 114) ou “infraestruturas informacionais” (McCann, 2008, p. 12) envolvidas na comparação, enquadramento e facilitação da aprendizagem e intercâmbio de políticas “urbanas” (Andersson & Cook, 2019; Papanastasiou, 2024; UN-HABITAT, 2020). Isso parece não ser surpreendente. De facto, num mundo assente em políticas públicas móveis, parece improdutivo ignorar a relevância dessas organizações supranacionais na formulação de políticas públicas “urbanas-locais”. No entanto, as contribuições neste Número Especial reconhecem ainda que o Estado-nação e seus múltiplos níveis de governo permanecem entrelaçados, por um lado, com as maneiras pelas quais determinadas políticas públicas chegam às cidades e regiões e, por outro, com a forma como determinados lugares chegam às políticas públicas (Robinson, 2015a).

Dois dos artigos deste Número Especial avançam esses debates mais amplos através dos casos de formulação de políticas habitacionais urbanas em Taiwan e no Chile. Aqui, baseando-se em debates bem

Paulo, Brazil. In particular, the paper examines how localities arrive (or not) at “global” policy agendas, whose circulation has been facilitated by city networks and supranational organisations through financial instruments, technical consultancy and training programmes. Collectively, they shape variegated environmental governance and planning practices at local and metropolitan scales. As such, how cities and municipalities ‘arrive at’ these agendas remain path-dependent, as state regulations, financial dependencies and international agreements produce multiple urban and metropolitan outcomes in the making of climate change policies.

While insightful and generative per se, we acknowledge that these supranational organisations are just one out of many “communities of policy mobilisers” (McCann, 2011, p. 114) or “informational infrastructures” (McCann, 2008, p. 12) involved in comparing, framing and facilitating the learning and exchange of “urban” policies (Andersson & Cook, 2019; Papanastasiou, 2024; UN-HABITAT, 2020). This seems unsurprising. Indeed, in a world of mobile public policymaking, it seems unproductive to overlook the intertwined relevance of these supranational organisations in “urban-local” public policymaking. Yet, the contributions in this Special Issue further recognise that the nation-state and its multiple levels of government remain intertwined, on the one hand, with the ways in which particular public policies arrive (or otherwise) in cities and regions and, on the other, how particular places arrive at public policies (Robinson, 2015a).

Two of the papers in this Special Issue bring forward these wider debates through the cases of urban housing policymaking in Taiwan and Chile. Here, and building on well-established debates on the entrepreneurial turn in urban economic development and worlding cities, Chen (2025) examines how Taipei’s urban planning policies align with broader nationwide efforts to position the city as a global hub within the new urban politico-economic orthodoxy. The paper argues that these ambitions, shaped by the nation-state’s urban prioritisation of ‘global’ competitiveness and foreign investment, have intensified housing affordability crises, displacement and speculation, particularly for low-income groups. By emphasising a top-down, centrally-prescribed, approach to urban policymaking, Taipei’s urban development trajectory accelerates speculative urban growth, reinforcing a neoliberal agenda that seems to privilege private developers over housing affordability and social justice.

Studying the trans-urban circulation of incremental social housing policy models assembled by ELEMENTAL – an architectural firm based in Chile that gained international prominence after its founder was awarded the Pritzker Prize in 2016 –, Saavedra (2025) examines how digital artefacts, such as downloadable architectural prototypes, digital simulations, policy toolkits and press releases, form a set of informational infrastructures that facilitated, legitimized and mediated the rendering mobile of particular social housing policy models and narratives across Latin American cities and beyond. The paper also explores the critical role of the nation-state in this process. In particular, by promoting

estabelecidos sobre a viragem empreendedora no desenvolvimento económico urbano e a internacionalização das cidades, Chen (2025) examina como as políticas de planeamento urbano de Taipei se alinham com esforços nacionais mais amplos para posicionar a cidade como um *hub* global no quadro da nova ortodoxia político-económica urbana. O artigo argumenta que essas ambições, moldadas pela priorização urbana do Estado-nação em relação à competitividade global e ao investimento estrangeiro, intensificaram as crises de acesso ao mercado da habitação a preços acessíveis, deslocamento e especulação imobiliária, particularmente entre grupos de baixo rendimento. Ao enfatizar uma abordagem *top-down*, prescrita centralmente, para a formulação de políticas urbanas, a trajetória de desenvolvimento urbano de Taipei acelera o crescimento urbano especulativo, reforçando uma agenda neoliberal que parece privilegiar os promotores privados em detrimento do acesso ao mercado de habitação a preços acessíveis e da justiça social.

Estudando a circulação transurbana de modelos incrementais de políticas habitacionais sociais desenvolvidos pela ELEMENTAL – uma empresa de arquitetura baseada no Chile que ganhou proeminência internacional após o seu fundador ser premiado com o Prémio Pritzker em 2016 –, Saavedra (2025) examina como artefactos digitais, *download-ready*, como protótipos arquitetónicos, simulações digitais, *kits* de ferramentas de políticas e comunicados de imprensa, formam um conjunto de infraestruturas informacionais que facilitaram, legitimaram e mediarão a mobilização de determinados modelos e narrativas de políticas habitacionais sociais em cidades latino-americanas e outras mais distantes. O artigo também explora o papel crítico do Estado-nação neste processo. Em particular, ao promover os modelos habitacionais da ELEMENTAL como soluções viáveis para a crise habitacional, o Estado ajudou a integrar essas abordagens inovadoras em mudanças mais amplas nas políticas urbanas, utilizando experiências anteriores de habitação incremental para apoiar a sua circulação em múltiplos outros locais.

Embora partilhem o contexto latino-americano, Ulriksen Moretti (2025), por sua vez, avança a nossa compreensão dos processos de formulação de políticas ao traçar a genealogia e a circulação das políticas de cidade inteligente no Chile. Examinando infraestruturas informacionais físicas e digitais, o artigo argumenta que, embora essas políticas tenham emergido através de conexões transnacionais – particularmente com Barcelona –, elas divergiram dos modelos típicos de planeamento e desenvolvimento urbanos consagrados nas cidades do Norte Global. No Chile, o conceito de cidade inteligente sofreu uma mutação formal. Aqui, foi construído discursivamente e materialmente como uma narrativa corporativa promovendo o desenvolvimento da indústria tecnológica multinacional – ou “territórios inteligentes” – em vez de um modelo concreto de governança ou de desenvolvimento urbano. Notavelmente, essa mutação destaca ainda mais como uma forma particular de presença do Estado, substanciada nas políticas

ELEMENTAL's housing models as viable solutions to the housing crisis, the state helped integrate these innovative approaches into wider urban policy shifts, drawing on prior incremental housing experiences to support their circulation in multiple elsewhere.

While sharing the Latin American context, Ulriksen Moretti (2025) advances our understanding of policymaking processes by tracing the genealogy and circulation of smart city policies in Chile. Examining physical and digital informational infrastructures, the paper argues that although these policies emerged through transnational connections – particularly with Barcelona – they diverged from typical urban planning and redevelopment models in Global North cities. In Chile, the smart city concept underwent a formal mutation. Here, it was discursively and materially constructed as a corporate-driven narrative promoting multinational tech industry development – or “intelligent territories” – rather than a concrete governance or urban redevelopment model. Notably, this mutation further highlights how a particular form of state presence, substantiated in national pro-growth, innovation and productivity politics, shaped its translation across both urban and rural areas.

Extending other contributions in this Special Issue, the paper by Silva and Frago (2025) addresses the underexplored potential of policy experimentation in policymaking processes, an aspect only loosely touched upon in some papers (see Nunes (2025) for culture-led urban regeneration initiatives and Saavedra (2025) for Quinta Monroy housing project). Drawing on work from public administration, political science and geographical studies on environmental and urban governance, the paper examines how the Business Improvement District (BID) model, often tied to more neo-liberal politico-institutional and ideological contexts, has been translated into more centralised regimes in Southern Europe. Using three state-led or regionally prescribed BID pilot schemes, the paper argues for focusing on policy experimentation as generative instances to navigate institutional resistance and facilitate policy translation. In doing so, it opens the ‘black box’ through which policies-from-elsewhere are learned, mediated and ultimately reconfigured into contexts with different forms of state presence, both before and after formal institutionalization. In so doing, the paper emphasises the continued entanglement of national and regional scales in urban policy mobilities.

Closing this Special Issue is a study on the circulation and translation of the Bus Rapid Transit (BRT) policy model in Cape Town (South Africa) and Lagos (Nigeria). Building on a small-yet-growing literature on the politics of learning and failure, Diallo (2025) argues that the partial failure of BRT policies – understood as their inability to achieve expected outcomes – stems from standardized policy mobility processes that overlook local specificities. However, rather than leading to policy abandonment, failure can serve as a generative learning process, prompting policymakers to adjust blind spots and foster the reinvention of public policies. More fundamentally, the study further highlights how Cape Town's decentralized governance facilitates local adaptation and learning, while Lagos' centralized system constrains responsiveness, illustrating the limitations of

nacionais de crescimento, inovação e produtividade, moldou a sua translação em áreas urbanas e rurais.

Ampliando outras contribuições deste Número Especial, o artigo de Silva e Frago (2025) aborda o potencial pouco explorado da experimentação de políticas nos processos de formulação de políticas, um aspeto abordado apenas de forma superficial em alguns artigos (e.g., Nunes (2025) para iniciativas de regeneração urbana lideradas pela cultura e Saavedra (2025) para o projeto habitacional *Quinta Monroy*). Partindo dos contributos da administração pública, ciência política e estudos geográficos sobre governança ambiental e urbana, o artigo examina como o modelo dos *Business Improvement Districts* (BIDs), muitas vezes associado a contextos político-institucionais e ideológicos neoliberais, foi traduzido para regimes mais centralizados no Sul da Europa. Usando três programas-piloto de BID liderados pelos Estados central ou regional, o artigo defende o foco na experimentação política como instâncias geradoras para compreender a potencial resistência institucional e facilitar a tradução de políticas. Com isto, abre a 'caixa-negra' através da qual políticas de outros locais são apreendidas, mediadas e, finalmente, reconfiguradas em contextos com diferentes formas de presença do Estado, tanto antes quanto após a institucionalização formal. Com isto, o artigo enfatiza o entrelaçamento contínuo das escalas nacional e regional na mobilidade de políticas urbanas.

Este Número Especial encerra com um estudo sobre a circulação e tradução do modelo de política de transporte rápido por autocarro (BRT/MetroBus) nas cidades do Cabo (África do Sul) e Lagos (Nigéria). Baseando-se numa literatura emergente sobre a política de aprendizagem e fracasso, Diallo (2025) argumenta que o fracasso parcial das políticas BRT – entendido como a incapacidade de alcançar os resultados esperados – decorre de processos padronizados de mobilidade política que negligenciam as especificidades locais. No entanto, em vez de determinar o abandono da política, o fracasso pode servir como um processo generativo da aprendizagem, levando os formuladores de políticas a ajustar determinados parâmetros e a fomentar a reinvenção das políticas públicas. De forma mais fundamental, o estudo destaca como os sistemas governamentais mais descentralizados na Cidade do Cabo facilitam a adaptação e aprendizagem locais, enquanto o sistema mais centralizado de Lagos restringe a capacidade de resposta, ilustrando as limitações das abordagens *top-down* na resolução dos desafios urbanos do século XXI.

CONCLUSÃO: QUE FUTUROS PARA A MOBILIDADE DE POLÍTICAS URBANAS?

Este Número Especial – *Políticas em circulação: Reconfigurando as geografias da comparação, aprendizagem e intercâmbio urbanos* – destaca a crescente importância e persistência dos estudos sobre mobilidade de políticas urbanas. Dado que vivemos agora numa era de mobilidade de políticas isto não deve surpreender. À medida que nos aproximamos do 25.º aniversário desta abordagem, é oportuno voltar ao

top-down approaches in addressing twenty-first-century urban challenges.

CONCLUSION: WHAT FUTURES FOR URBAN POLICY MOBILITIES?

This Special Issue – Travelling Policies: Reframing the Geographies of Urban Comparison, Learning and Exchange – outlines the growing significance and persistence of urban policy mobilities studies. Given that we now live in an age of mobile policies, this should come as little surprise. As we approach the 25th anniversary of this research agenda, it is timely to return to downtown Denver and, in particular, to the thought-provoking question posed by Temenos & Ward (2025, p. 5) in their introduction to this Special Issue: What is 'urban' about policy mobilities?

The articles assembled in this Special Issue contribute to this discussion, highlighting that while the twenty-first century is undeniably urban, 'the urban' – along with cities and public policies – cannot be treated as bounded or fixed entities replicated worldwide. Many contributions in this Special Issue draw attention to the apparent re-emergence of the nation-state in urban policymaking – though one might ask, did it ever truly disappear? By shifting the focus from Liberal-/Western-centric, city-driven perspectives, these works underscore the complexity of urban policymaking in the Global South and challenge dominant scalar ontologies in policy mobility studies. Too often, this strand of work has, up to now, overlooked the influence of nation-states, in their more or less centralised and decentralized forms, and supranational organisations in shaping local-urban policymaking. The contributions gathered here reveal the multifaceted ways in which public policies are translated, reinterpreted and mobilized, offering a vital reflection on the intertwined, scalar nature of contemporary politics and public policymaking.

In drawing this editorial to an end, we extend our heartfelt thanks to the authors whose thought-provoking papers have shaped this Special Issue, as well as to the readers for engaging with these critical debates. Yet, rather than offering definitive conclusions, this collection embraces the notion of "explanatory prototyping" (Peck & Theodore, 2015, p. 41). That is, a mode of inquiry that resists fixed truths and instead seeks to refine our understanding of urban policy mobilities through continuous questioning and exploration. In this sense, this Special Issue marks not an endpoint but an invitation to further intellectual dialogue, one that has the potential to generatively shape how we make sense of policymaking processes in the twenty-first century.

Lisbon, march 2025

Diogo Gaspar Silva
Jorge Malheiros
Herculano Cachinho

centro de Denver e, em particular, à pergunta provocadora colocada por Temenos & Ward (2025, p. 5) na introdução deste Número Especial: O que é ‘urbano’ nas mobilidades de políticas?

Os artigos reunidos neste Número Especial contribuem para esta discussão, sublinhando que, embora o século XXI seja indiscutivelmente urbano, ‘o urbano’ – juntamente com as cidades e as políticas públicas – não pode ser tratado como entidades fixas e delimitadas, replicadas e replicáveis em todo o mundo. Muitas contribuições neste Número Especial chamam a atenção para o aparente ressurgimento do Estado-nação na formulação de políticas urbanas – embora se possa perguntar, será que ele alguma vez desapareceu verdadeiramente? Ao deslocar o foco das perspetivas e instâncias ocidentais/liberais, centradas nas cidades, este conjunto de artigos sublinha a complexidade da formulação de políticas urbanas no Sul Global e desafia as ontologias escalares dominantes nos estudos sobre mobilidade de políticas. Com demasiada frequência, este campo de investigação, até agora, ignorou a influência dos Estados-nação, nas suas formas mais ou menos centralizadas e descentralizadas, e das organizações supranacionais na construção de políticas urbanas. As contribuições aqui reunidas revelam as formas multifacetadas como as políticas públicas são traduzidas, reinterpretadas e mobilizadas, oferecendo uma reflexão vital sobre a natureza entrelaçada e multiescalar associada à formulação de políticas públicas contemporâneas.

Ao concluir este editorial, estendemos os nossos agradecimentos aos autores que assinaram os artigos deste Número Especial, assim como aos leitores que se envolveram, têm envolvido ou envolverão nestes debates críticos. Em vez de oferecer conclusões definitivas, esta coleção abraça a noção de “prototipagem explicativa” (Peck & Theodore, 2015, p. 41). Ou seja, um modo de investigação que resiste a verdades fixas e, em vez disso, procura refinar a nossa compreensão da mobilidade de políticas urbanas através de problematizações e explorações contínuas. Neste sentido, este Número Especial não constitui um ponto final, mas um convite para um diálogo intelectual mais amplo, com o potencial de moldar de forma generativa a forma como entendemos os processos de formulação de políticas no século XXI.

Lisboa, março 2025

Diogo Gaspar Silva ^{1,2} 

Jorge Malheiros ^{1,2} 

Herculano Cachinho ^{1,2} 

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos revisores anónimos e aos colaboradores deste Número Especial. Também estamos gratos à audiência da nossa sessão no Encontro Anual da AAG 2023 em Denver. Um agradecimento especial à Cristina Temenos por ter participado como comentadora convidada na sessão. Esta investigação foi financiada total ou parcialmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, <https://ror.org/00snfq5816>) sob o Financiamento 2020.06080.BD. Agradecemos, também, à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Proj. 2023-0053 e Proj. 2025-0024).

ORCID iD

Diogo Gaspar Silva  <https://orcid.org/0000-0001-5142-7176>
 Jorge Malheiros  <https://orcid.org/0000-0002-0976-044X>
 Herculano Cachinho  <https://orcid.org/0000-0003-2238-0967>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acuto, M., Pejic, D., & Briggs, J. (2021). Whose City Benchmarks? The Role of the Critical Urbanist in Comparative Urban Measuring. *International Journal of Urban and Regional Research*, 45(2), Online. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12979>
- Addie, J.-P. D. (2020). Stuck inside the urban with the dialectical blues again: abstraction and generality in urban theory. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 13(3), 575–592. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsaa020>
- Andersson, I., & Cook, I. R. (2019). Conferences, award ceremonies and the showcasing of ‘best practice’: A case study of the annual European Week of Regions and Cities in Brussels. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 37(8), 1361–1379. <https://doi.org/10.1177/2399654419825656>
- Baker, T., & Temenos, C. (2015). Urban Policy Mobilities Research: Introduction to a Debate. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(4), 824–827. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12252>
- Baker, Tom, & Walker, C. (2019). Introduction: the centrality of arenas, agents and actions. In T. Baker & C. Walker (Eds.), *Public Policy Circulation: Arenas, Agents and Actions* (pp. 2–24). Elgar. <https://doi.org/10.4337/9781788119153.00008>
- Benson, D., & Jordan, A. (2011). What have we Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh Revisited. *Political Studies Review*, 9(3), 366–378. <https://doi.org/10.1111/j.1478-9302.2011.00240.x>
- Brenner, N., & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2–3), 151–182.
- Chen, Y.-L. (2025). Housing low-income people in globalizing Taipei. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, LX*(128), e36555. <https://doi.org/10.18055/Finis36555>
- Cook, I. R. (2015). Policy Mobilities and Interdisciplinary Engagement. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(4), 835–837. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12256>
- Côté-Roy, L., & Moser, S. (2022). “Fast urban model-making”: constructing Moroccan urban expertise through Zenata Eco-City. *Urban Geography*, 44(9), 1–21. <https://doi.org/10.1080/02723638.2022.2131261>
- Craggs, R., & Mahony, M. (2014). The Geographies of the Conference: Knowledge, Performance and Protest. *Geography Compass*, 8(6), 414–430. <https://doi.org/10.1111/gec3.12137>
- Diallo, F. (2025). Importing, failing, learning: Interrogating the failure-learning relationship in contexts of policy transfer through the comparative study of Bus Rapid Transit (BRT) project implementation in Cape Town and Lagos. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, LX*(128), e36865. <https://doi.org/10.18055/Finis36865>
- Dolowitz, D. P., & Marsh, D. (2012). The Future of Policy Transfer Research. *Political Studies Review*, 10(3), 339–345. <https://doi.org/10.1111/j.1478-9302.2012.00274.x>
- Evans, M. (2009). Policy transfer in critical perspective. *Policy Studies*, 30(3), 243–268. <https://doi.org/10.1080/01442870902863828>
- Gunko, M., Zupan, D., Riabova, L., Zaika, Y., & Medvedev, A. (2022). From policy mobility to top-down policy transfer: ‘Comfortization’ of Russian cities beyond neoliberal rationality. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 40(6), 1382–1400. <https://doi.org/10.1177/23996544221081688>
- Hartley, K., Kuecker, G., & Woo, J. J. (2019). Practicing public policy in an age of disruption. *Policy Design and Practice*, 2(2), 163–181. <https://doi.org/10.1080/25741292.2019.1622276>
- Leitner, H., & Sheppard, E. (2016). Provincializing Critical Urban Theory: Extending the Ecosystem of Possibilities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 228–235. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12277>
- Lorne, C. (2024). Repoliticising national policy mobilities: Resisting the Americanization of universal healthcare. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 42(2), 231–249. <https://doi.org/10.1177/23996544211068724>
- McCann, E. (2008). Expertise, Truth, and Urban Policy Mobilities: Global Circuits of Knowledge in the Development of Vancouver, Canada’s ‘four Pillar’ Drug Strategy. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 40(4), 885–904. <https://doi.org/10.1068/a38456>

- McCann, E. (2011). Urban policy mobilities and global circuits of knowledge: Toward a research agenda. *Annals of the Association of American Geographers*, 101(1), 107–130. <https://doi.org/10.1080/00045608.2010.520219>
- McCann, E., & Ward, K. (2013). A multi-disciplinary approach to policy transfer research: Geographies, assemblages, mobilities and mutations. *Policy Studies*, 34(1), 2–18. <https://doi.org/10.1080/01442872.2012.748563>
- McFarlane, C. (2024). Urban geography I: Conceptualisation with and beyond the global-local dialectic. *Progress in Human Geography*, 03091325241295294. <https://doi.org/10.1177/03091325241295294>
- Mittal, H., & Shah, A. (2021). Discursive politics and policy (im)mobility: Metro-TOD policies in India. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 23996544211029296. <https://doi.org/10.1177/23996544211029295>
- Montero, S. (2020). Leveraging Bogotá: Sustainable development, global philanthropy and the rise of urban solutionism. *Urban Studies*, 57(11), 2263–2281. <https://doi.org/10.1177/0042098018798555>
- Montero, S., Whitney, R. A., & Peñaranda, I. (2023). Experimental Urban Planning: Tensions Behind the Proliferation of Urban Laboratories in Latin America. *Planning Theory & Practice*, 24(4), 473–488. <https://doi.org/10.1080/14649357.2023.2262420>
- Nunes, M. C. (2025). “Seeing like a project”: How project-based governance shapes culture-led regeneration in EU policy mobility contexts. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LX(128), e36392. <https://doi.org/10.18055/Finis36392>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). Driving Policy Coherence for Sustainable Development: Accelerating Progress on the SDGs. <https://doi.org/https://doi.org/10.1787/a6cb4aa1-en>
- Papanastasiou, N. (2024). The politics of generating best practice knowledge: Epistemic practice and rendering space technical in a European Commission working group on education policy. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 42(2), 179–197. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/2399654420962108>
- Peck, J. (2002). Political Economies of Scale: Fast Policy, Interscalar Relations, and Neoliberal Workfare. *Economic Geography*, 78(3), 331–360. <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2002.tb00190.x>
- Peck, J. (2017). Transatlantic city, part 1: Conjunctural urbanism. *Urban Studies*, 54(1), 4–30. <https://doi.org/10.1177/0042098016679355>
- Peck, J., & Theodore, N. (2015). *Fast Policy: Experimental Statecraft at the Thresholds of Neoliberalism*. University of Minnesota Press.
- Prince, R. (2024). Mobile Keynesianism: Linking policy mobility and state transformation in New Zealand, 1930–70. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42(2). <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/tran.12668>
- Robinson, J. (2015a). ‘Arriving At’ Urban Policies: The Topological Spaces of Urban Policy Mobility. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(4), 831–834. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1468-2427.12255>
- Robinson, J. (2015b). Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies. *Progress in Human Geography*, 40(1), 3–29. <https://doi.org/10.1177/0309132515598025>
- Robinson, J. (2018). Policy mobilities as comparison: urbanization processes, repeated instances, topologies. *Revista de Administração Pública*, 52, 221–243.
- Robinson, J. (2022). Introduction: Generating concepts of ‘the urban’ through comparative practice. *Urban Studies*, 59(8), 1521–1535. <https://doi.org/10.1177/00420980221092561>
- Saavedra, K. (2025). ‘Download here’ as a virtual performance in the circulation of knowledge and urban-housing models: The case of ELEMENTAL – Alejandro Aravena’s incremental housing models. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LX(128), e36393. <https://doi.org/10.18055/Finis36393>
- Santana-Chaves, I. M., Silva, L. C., Jacobi, P. R., & Weins, N. W. (2025). Do we harvest what we sow? The travelling of climate policies in the Metropolitan Region of Sorocaba (São Paulo – Brazil). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LX(128), e36381. <https://doi.org/10.18055/Finis36381>
- Silva, D. G., & Frago, L. (2025). Experimentation and policy mobilities: Piloting Business Improvement Districts in Southern European cities. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LX(128), e36947. <https://doi.org/10.18055/Finis36947>
- Silva, D. G., & Ward, K. (2024). Urban Policy Mobilities: Recent Debates and Future Research Agendas. *Geographical Review*, 1–25. <https://doi.org/10.1080/00167428.2024.2429573>
- Stone, D., Porto de Oliveira, O., & Pal, L. A. (2020). Transnational policy transfer: the circulation of ideas, power and development models. *Policy and Society*, 39(1), 1–18. <https://doi.org/10.1080/14494035.2019.1619325>
- Temos, C., & McCann, E. (2013). Geographies of Policy Mobilities. *Geography Compass*, 7(5), 344–357. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/gec3.12063>

- Temenos, C., & Ward, K. (2025). The persistence of policy mobilities: Multiple origins, inter-disciplinary developments and future research agendas. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, LX*(128), e36541. <https://doi.org/10.18055/Finis36541>
- Ulriksen Moretti, C. (2025). Genealogy and circulation of the concept of smart cities in Chile: An urban policy failure? *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, LX*(128), e36321. <https://doi.org/10.18055/Finis36321>
- United Nations Human Settlements Programme. (2020). *World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization*. UN-HABITAT
- Ward, K. (2024a). Policy mobilities, ‘informational infrastructures’ and the ‘digital turn’: Towards a research agenda. *Geography Compass, 18*(7), e12765.
- Ward, K. (2024b). Urban policy mobilities in Urban Geography: in retrospect and in prospect. *Urban Geography, 45*(4), 535–540. <https://doi.org/10.1080/02723638.2024.2319439>
- Wood, A. (2015). Multiple Temporalities of Policy Circulation: Gradual, Repetitive and Delayed Processes of BRT Adoption in South African Cities. *International Journal of Urban and Regional Research, 39*(3), 568–580. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12216>

Recebido: 08/03/2025. Aceite: 05/04/2025. Publicado: 05/04/2025.

¹ Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Rua Branca Edmée Marques, Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276, Lisboa, Portugal. E-mail: diogosilva4@edu.ulisboa.pt, jmalheiros@edu.ulisboa.pt, hc@edu.ulisboa.pt

² Laboratório Associado Terra, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.